



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE VALENÇA-BA:

O planejamento urbano como prática pedagógica e participativa

Lívia Rita Castro dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal realizar a análise do processo de urbanização na cidade de Valença-BA, elucidando os conceitos de plano diretor e planejamento urbano, assim como, discutir as possibilidades de se conceber a participação social no planejamento urbano como uma prática pedagógica, tendo em vista o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica, análise e interpretação de dados secundários e de documentos coletados em revistas, jornais e sites oficiais que tratam da temática. Dessa forma, buscou-se identificar a participação da população na construção do PDDU da cidade de Valença e quais alternativas possíveis para uma atuação ativa da população nas políticas de planejamento urbano.

Palavras-chave: Cidade, Planejamento Urbano, Participação.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, UFBA

1 INTRODUÇÃO

O conceito de urbano diz respeito a uma dimensão socioespacial da realidade; está ligado aos processos sociais de produção da cidade, mas os transbordam (LEFEBVRE, 2008; LENCIONI, 2008). Nesse sentido, enquanto a cidade é a forma, o urbano corresponde ao conteúdo social. Além da esfera da produção, o urbano é, também, modo de vida. Assim, ações urbanas como produzir, habitar, ter lazer, agir politicamente, entre outras, são impregnadas de símbolos e de significados sociais, influenciando nos (e influenciados por) modos de configuração dos espaços de uma cidade (LEFEBVRE, 2008; LENCIONI, 2008; CAVALCANTI, 2001).

O urbano contemporâneo, todavia, se caracteriza por um processo de explosão-implosão das cidades, ou seja, pelo aumento quantitativo de suas formas (prédios, parques, vias etc) e de seus contingentes populacionais e pelo desgaste do tecido social (suas relações, costumes, tradições etc) desencadeado pelas transformações sociais (LEFEBVRE, 2008; LENCIONI, 2008; CAVALCANTI, 2001). Nesses termos, é importante pensarmos as políticas de planejamento urbano como a possibilidade de uma prática pedagógica que contribua para o exercício da cidadania. O papel educativo do planejamento urbano pode se dar na liberdade de refletir, opinar e decidir sobre os rumos da vida na cidade, tendo consequências sobre as relações sociais, a ocupação da cidade e seus múltiplos desdobramentos.

No entanto, para que o processo de planejamento urbano ocorra de forma democrática é importante que os sujeitos tenham consciência dos seus direitos e deveres. A escola (instituição formal) tem um papel fundamental no contexto educativo do espaço urbano. Os professores de Geografia, particularmente, ao trabalharem conteúdos como planejamento urbano, estatuto da cidade, plano diretor, entre outros instrumentos de democratização dos conteúdos urbanos, pode contribuir para que os estudantes percebam a importância desses processos/instrumentos e de suas ações no espaço urbano de forma coletiva.

Este artigo teve como objetivo geral estudar o processo de urbanização na cidade de Valença, localizada na região do Baixo-sul da Bahia, considerando o exercício de um planejamento urbano que responda de maneira mais satisfatória às demandas da população local. Buscamos avaliar como o planejamento urbano pode ser concebido

enquanto prática pedagógica a partir da participação² da população local. A nossa proposta foi contribuir com uma compreensão sobre as dinâmicas socioespaciais urbanas da cidade de Valença, de modo a auxiliar na apresentação de alternativas possíveis, tomando a participação social como princípio norteador e pedagógico do planejamento urbano.

Dentre os objetivos específicos da pesquisa estiveram: a) identificação dos principais eventos responsáveis pelo processo de urbanização na cidade de Valença-BA, a partir da investigação e análise do contexto histórico-geográfico em que ocorre esse processo; b) identificação dos impactos decorrentes do processo do desenvolvimento urbano em Valença; c) análise das ações de planejamento urbano em Valença e se as mesmas assumiram um caráter participativo e pedagógico junto a sua população.

Portanto, a partir da realização da pesquisa, buscamos contribuir com a produção de um conhecimento sobre o processo de urbanização na cidade de Valença e a importância da participação da população local nos processos políticos decisórios sobre os rumos da cidade.

2 BREVE HISTORIOGRAFIA DA CIDADE DE VALENÇA-BA: do período colonial ao período republicano

Valença é uma cidade situada na região Baixo Sul³ do estado da Bahia, integrando a zona turística da Costa do Dendê, destacando-se em termos político-econômicos em relação às demais cidades que compõem tanto o Baixo Sul quanto a Costa do Dendê. Antes da emancipação municipal, Valença passou por muitas transformações territoriais – entre a capitania hereditária de Ilhéus, na Colônia, e as novas divisões e reordenamentos territoriais no Império e na República, foi em 1849 que a sede municipal recebeu o título de cidade (OLIVEIRA, 2009).

As atividades econômicas na cidade de Valença sempre estiveram voltadas para a agricultura, mas também à fabricação têxtil e ao comércio (século XX) e, mais

² O atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro instituiu o decreto 9.759/2019 que limita a participação da sociedade civil em políticas públicas, segundo o decreto, comissões, comitês e outros órgãos que não foram sancionados por lei até junho, serão encerrados. A justificativa deu-se pelos gastos gerados por esses órgãos e a necessidade de rever os seus colegiados. No entanto, é através desses conselhos que a população pode garantir a sua participação, debatendo, fiscalizando e opinando.

³ Regionalização utilizada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT).

recentemente, o serviço, com destaque para o turismo (OLIVEIRA, 2009). Todavia, a história de Valença teve seu nascedouro no período em que o Brasil era colônia de Portugal e sua atividade econômica era baseada na extração do Pau-brasil. Desde os seus primeiros anos de colonização, Valença era habitada por índios tupiniquins; neste período, passou pela primeira divisão territorial do país, que foram as capitanias hereditárias, que dividiu o Brasil em quatorze faixas de terras regidas por donatários.

Valença confirma sua importância na formação territorial com a inserção da primeira fábrica de tecidos finos (abertura dos portos, construção de farol para ajudar o acesso de embarcações, migração de pessoas para trabalharem na fábrica, construção da Vila Operária para habitação dos operários, por exemplo), que conduziu o processo de industrialização da cidade e seu desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2005).

Tendo como base o livro *Valença: dos primórdios à contemporaneidade* do professor Edgard Oliveira (2009), pretende-se, nesta seção, destacar a construção da cidade de Valença e os principais elementos formadores, relacionando com os fundamentos teóricos envolvidos no estudo.

2.1 PERÍODO COLONIAL

As terras onde hoje fica localizada a cidade de Valença pertenciam à Capitania de Ilhéus, que foi doada ao português Jorge de Figueiredo Correia, em 26 de junho de 1554, sendo a carta de doação assinada em Évora, Portugal. Assim como toda a organização territorial da Coroa portuguesa, as terras pertenciam aos donatários que detinham poderes sobre as sesmarias e de fundar vilas. A terra habitada por índios, com o decorrer dos anos, com a chegada de tripulantes, fidalgos, passou por transformações; a região de Valença, como era conhecida na época, era muita rica em canaviais, gados, mantimentos. Nesse período já haviam muitos habitantes em fazendas e nas aldeias de índios tupinambás no entorno do Rio Una. Em 1567, houve uma epidemia de varíola que acabou provocando a morte massiva desses índios (OLIVEIRA,2009).

A ocupação territorial inicial de Valença foi reflexo do domínio português nas terras; entre 1574 e 1750 a atual cidade passou por diversos conflitos entre os portugueses e os índios que ali habitavam. Durante muito tempo, as terras foram ocupadas pelos Aimorés, e não se via presença de portugueses, outros agentes importantes do

povoamento foram os corsários e piratas. Todo esse processo também foi marcado por exploração, escravização e aculturação dos povos originários (OLIVEIRA,2009).

O nascimento da atual cidade deu-se com a construção da capela do Amparo em 1750 e aparição de novos povoados. Com o crescimento da vila, o então Governador Geral da Bahia desempenhou importantes ações como a abertura de estradas para o sertão e o incentivo à cultura de arroz e café para a produção econômica (OLIVEIRA,2009). Milton Santos (2008) ao falar sobre a urbanização brasileira, apresenta elementos que elucidam essa urbanização no período colonial. Segundo Santos (2008), essa urbanização esteve assentada na organização política-administrativa das primeiras vilas e cidades, atividades econômicas voltadas para agricultura de subsistência e de exportação, bem como a implantação de atividades econômicas urbanas.

Por volta dos anos de 1800, tem-se outros incentivos para o desenvolvimento da região de Valença a exemplo da construção da escola de primeiras letras e o uso obrigatório de vacina. Em 1808 Valença possuía cerca de 5000 habitantes. Desse modo, surge os primeiros incentivos para a manutenção da cidade e dos agentes que a compõem. No Período Colonial, destaca-se no processo de evolução urbana o surgimento de novas vilas, moradias, praças e atividades econômicas ligadas às matérias primas do próprio entorno (OLIVEIRA,2009).

Figura 1- O Porto de Valença no século XIX



Fonte: Valença: dos primórdios à contemporaneidade (2009)
Foto: Acervo de Edir Lacerda – Morador de Valença

2.2 PERÍODO IMPERIAL

Nesse período tivemos a luta pela Independência do Brasil e atual cidade de Valença teve uma significativa importância nesse processo, junto com outras vilas e povoados uniu-se

a Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Amaro contra os ataques lusitanos, além de abrigar a esquadra de Lord Cochrane que chegara para combater os Portugueses. Nos anos de 1834, no Período Regencial, Valença já passava por prosperidade ascendente, destacando o movimento entre os portos, crescimento populacional e, como consequência, houve um projeto econômico para a cidade e para as circunvizinhanças que foi a implantação da primeira fábrica de tecidos finos do Brasil, denominada a Fábrica de Tecidos Todos os Santos. A criação da mesma potencializou a região do Baixo Sul e foi um dos principais fatores para a vila de Valença ser reconhecida como cidade em 1849 (OLIVEIRA,2009).

Carlos (1999) atribui a existência das cidades na Modernidade a seis elementos: divisão de trabalho; divisão da sociedade em classes; acumulação tecnológica; produção de excedente agrícola; um sistema de comunicação e, por fim, a concentração espacial de atividades não agrícolas. Para Lana Cavalcanti (2001), o conceito de cidade está atrelado ao espaço geográfico, isto é, a um conjunto de objetos e ações, assim como o modo de vida e a expressão do mesmo, a sua produção e reprodução.

No final do século XIX a cidade de Valença já contava com iluminação pública fornecida pela roda d'água da fábrica e posteriormente pela Usina do Candego; outras duas questões de políticas públicas voltadas para o urbano existente nesse período foi a instalação do sistema de água tratada e encanada (embora restrita às principais ruas e casas particulares), além da criação da Santa Casa de Misericórdia, fornecendo assistência à saúde da população (OLIVEIRA, 2009). De acordo com Oliveira (2009):

Em 1888, Valença possuía boas praças, ruas calçadas, hotéis, bons sobrados, comércio ativo, iluminação elétrica, duas fábricas de tecidos e fundição de ferro e bronze, duas madeireiras movidas a vapor, uma eclusa chamada de Caldeira (OLIVEIRA, 2009, p. 88).

Figura 2- Fábrica Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Valença: dos primórdios à contemporaneidade (2009)
Foto: Acervo de Rúbens Góes– Morador de Valença

Em vista disso, o período Imperial se destacou pelo adensamento de melhorias no espaço urbano, ainda que restrito, mas que atendia às necessidades da época. Tem-se então, uma reprodução ampliada do espaço, no qual observa-se uma nova organização espacial, com o surgimento de novos comércios e instalações (CORRÊA, 1989).

2.3 PERÍODO REPUBLICANO

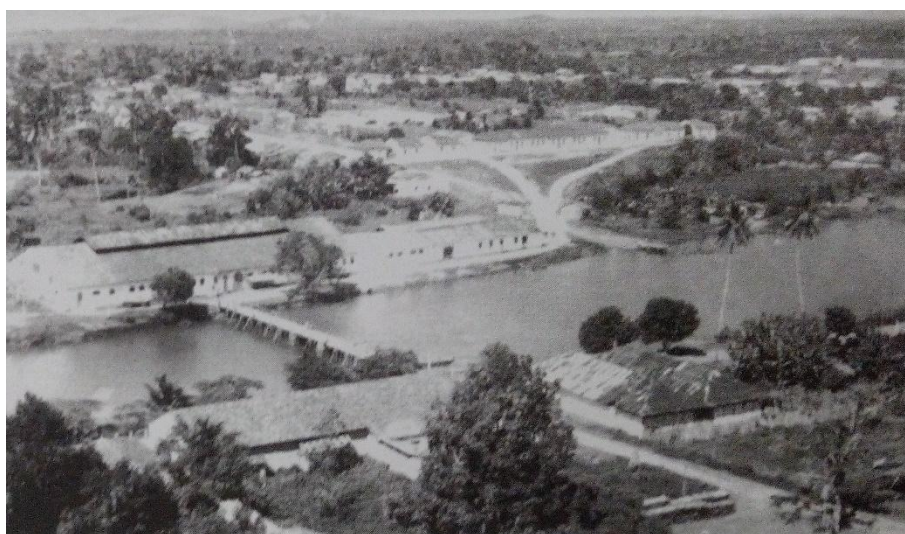
No Período Republicano observa-se em Valença um grande desenvolvimento socioeconômico e espacial, acompanhando a modernização do território baiano que começa a se esboçar nas primeiras décadas do século XX, principalmente no que se refere à mobilidade urbana, ocorrendo em boa parte do Baixo Sul baiano a transição na predominância do transporte marítimo para o rodoviário. Em 1890, o distrito de Valença já contava com mais de dezoito mil habitantes, nesse mesmo período foi levantada uma ponte sobre o Rio Una. A cidade já contava com moradias, ruas calçadas, praças, iluminação pública, estação telegráfica, escolas e imprensa, conforme destaca Oliveira (2009).

Neste mesmo período, surgiu uma aldeia de pescadores próximo ao rio Una, que se transformou no bairro do Tendo; o bairro tornou-se importante para a cidade pelas

atividades econômicas desempenhadas, construção naval (canoas, escunas, veleiros, saveiros) e pesca, salientando que na cidade se encontra um dos estaleiros mais antigos do Brasil e, em termos culturais, pela devoção da população a Nossa Senhora dos Navegantes, motivo para a festa anual que se realiza no Tento (OLIVEIRA,2009).

Outro aspecto relevante no início do Período Republicano, foi um expressivo incremento na economia regional propiciando que a Companhia Valença Industrial (antiga fábrica de tecidos Todos os Santos, também conhecida como CVI) utilizasse trecho da bacia hidrográfica do rio Una para a construção da represa do Candengo. Data também deste período a construção do Teatro Municipal no centro da cidade de Valença (OLIVEIRA,2009). Por outro lado, a construção da Vila Operária, em 1919, é também considerada um marco na história urbana da cidade, pois foi um dos primeiros conjuntos habitacionais do país, servindo de abrigo para os funcionários da CVI. Além das residências, também foram destinadas aos operários escolas gratuitas e creches para os seus filhos.

Figura 3- A Vila Operária



Fonte: Valença: dos primórdios à contemporaneidade (2009)
Foto: Acervo de Rúbens Góes– Morador de Valença

Outras ações políticas, econômicas e urbanísticas foram implantadas como: a construção da ponte de concreto em 1949; criação do Ginásio de Valença com curso ginásial e magistério; além da implantação de agências bancárias na cidade. Na primeira metade do século XX, a principal atividade econômica da cidade estava pautada do desenvolvimento industrial, seguindo da produção agrícola. Com a intensificação do

processo de produção do espaço urbano brasileiro, a partir do pós-guerra, o arranjo socioespacial mudou e estabeleceu novas formas de moradia dentro da cidade (BARRETO, 2015).

Na década de 1980, tem-se a construção do bairro da URBIS e o acesso à energia elétrica no distrito de Guaibim, a inauguração do Centro de Cultura Olívia Barradas em 1986 e a implantação da Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – EMARC (atual IFBAIANO). Posteriormente, em 1990 foi criado o Centro de Educação Tecnológica- CEFET (atual IFBA), seguindo da construção de outra ponte com o intuito de fazer fluir ainda mais a mobilidade urbana (OLIVEIRA,2009).

No final do século XX para início do século XXI, a cidade já apresentava novas configurações espaciais surgem instituições de ensino superior pública e privada (Universidade do Estado da Bahia – UNEB, campus XV, Faculdade Zacarias de Góes – FAZAG, Faculdade de Tecnologia de Valença- FACTIVA) e os institutos federais (IFBA e IFBAIANO) passam a ofertar cursos superiores, tem-se a criação do aeroporto e de um conjunto penal e houve incentivos econômicos para reforma (2016) do Terminal Hidroviário – sendo este, um dos principais meios de locomoção, tanto para trabalhadores moradores da região, quanto para turistas.

Neste mesmo contexto, o setor industrial perdeu espaço (embora a indústria têxtil seja uma das pioneiras no processo de industrialização e por muitos anos manteve o desenvolvimento econômico da cidade, principalmente com a CVI que foi durante anos a principal fonte empregadora do município) para outros setores como serviço, turismo e pesca, em consequência do cenário atual do país que implica nas dinâmicas sociopolíticas e econômicas, dessa forma vem deixando de ser o setor destaque da cidade e os setores citados passam a sobressair.

Na atualidade, Valença conta com vinte e seis bairros e não possui zoneamento efetivo, possuindo apenas diretrizes para macrozonas. Segundo Souza e Rodrigues (2004), o zoneamento é um instrumento que pode ajudar a organizar e planejar o desenvolvimento das cidades, possibilitando um panorama para a aplicação dos recursos públicos.

Grande parte dos bairros da cidade carecem de boa infraestrutura, saneamento básico, pavimentação, postos de saúde e áreas de lazer. Carlos (1999) afirma que o homem vive onde ele tem condições de morar, pois é determinado pela renda que recebe, e as condições só podem mudar a depender da acessibilidade dos serviços coletivos produzidos. Em função disso, é de suma importância a prática de políticas públicas atuantes que possibilitem mudanças nas áreas da cidade, que englobem todos os bairros respeitando suas especificidades, reafirmando o posicionamento de Souza e Rodrigues (2004) o zoneamento dos bairros auxiliaria na construção dos serviços coletivos, pois a partir do mesmo pode-se identificar as necessidades do local.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento no Brasil (2018), a população valenciana apresentou entre os anos de 1991 e 2000 uma taxa de 1,63 % de crescimento anual, e a taxa de urbanização passou em média de 64% para 71%. Entre os anos 2000 e 2010, o crescimento populacional sofreu uma pequena redução comparando com o dado anterior, representando 1,30%, assim como a taxa de urbanização que em uma década aumentou apenas 0,89%.

O arcabouço histórico apresentado, associado a análise do ser humano com o espaço e a sua interação com o mesmo, encontra-se organizado em diferentes espacializações e/ou conjunturas, que são frutos de um produto social e histórico que atua modificando, transformando o espaço, interligado as novas dinâmicas que atendam a sociedade atual. Esse breve histórico nos ajudará a entendermos os processos urbanos na atualidade em Valença e a necessidade de trabalharmos a sua compreensão de modo participativo e pedagógico junto à sua população.

3 ENTENDENDO O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E O PLANEJAMENTO URBANO

Na Modernidade, particularmente após a Revolução Industrial – compreendida na transição entre os séculos XVIII e XIX –, se impuseram às cidades tentativas de gestão e planejamento do espaço urbano. Como o processo de urbanização no Brasil se intensificou tardiamente, a partir da década de 1950, as cidades passaram a experimentar na segunda metade do século XX, em graus diferentes, políticas de planejamento realizadas em diversas escalas e com diferentes intencionalidades

(SANTOS, 2008; SOUZA; RODRIGUES, 2004). No intuito de discutirmos um pouco mais o tema, pretendemos, nesta seção, destacar elementos e medidas de planejamento urbano segundo alguns estudiosos, e refletindo também sobre o papel da população como agente social participante do planejamento.

3.1 PLANEJAMENTO URBANO

Segundo Marcelo Lopes de Souza e Glauco Rodrigues (2004), o planejamento urbano sempre se refere ao futuro e é um meio de evitar ou gerir os problemas enfrentados pela sociedade no espaço. O planejamento pode ser entendido assim como uma maneira pela qual o homem tenta prognosticar o acontecimento e o desenvolvimento de um fenômeno. Partindo-se deste entendimento e dos prognósticos de cenários possíveis, pode-se elaborar e executar intervenções espaciais e urbanísticas contribuindo para a solução de possíveis problemas.

Já nas palavras de Sant'Ana (2006), o planejamento pode ser entendido como um processo voltado a firmar metas e/ou objetivos que serão atingidos através de planos e programas intrínsecos. O Estado tem o papel de executar planos procurando compreendê-los e atender os propósitos; portanto, o planejamento é um processo de leitura e identificação de problemas que se almejam solucionar. A ideia de planejamento está atrelada a uma condição indispensável da atividade urbanística, tendo em vista as perspectivas futuras.

Por outro lado, na perspectiva sociológica de Castells (1983), o planejamento urbano vem se dando sob uma lógica associada ao modo de produção capitalista, marcada pela separação entre uma classe dominante e outra dominada, sendo produto e tendo como reflexo a desigualdade social nos espaços da cidade. Segundo Ferreto (2010, p.11): “A questão urbana é uma questão ideológica e essa ideologia tem duplo efeito social”. O duplo efeito social, ao qual se refere Ferreto (2010), diz respeito à falta de democratização do planejamento urbano no tocante aos interesses sociais, onde de um lado temos áreas que sofrem com a falta de saneamento básico, habitação, lazer, escolas, postos de saúde e cidadania e, de outro, verifica-se um planejamento acessível que atende às demandas de frações de classe, com pavimentação adequada, segurança, lazer, iluminação, moradia digna etc.

Planejamento, num sentido universal, é considerado um processo técnico, isto é, um instrumento utilizado para transformar a realidade a partir das propostas estabelecidas. No entanto, enquanto instituição jurídica e político-econômica, pode ser entendido como um instrumento no qual o administrador deverá realizar mudanças no âmbito do desenvolvimento socioespacial de modo a garantir acessos democratizados aos equipamentos urbanos. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o planejamento ganhou bases sólidas no Brasil. Com a Carta Magna de 1988 o Estado descentralizou a competência de ordenar territórios e realizar o desenvolvimento econômico-social, por meio de planos nacional, regional ou municipal (SILVA, 2010).

Para Milton Santos (2008), temos no Brasil do século XX uma articulação entre a urbanização da sociedade e do território de modo ampliado, depois de uma longa fase de urbanização social e territorialmente seletiva. A urbanização social e territorialmente seletiva condiz ao processo inicial da urbanização, com poucas áreas urbanas, espaços administrativos selecionados, fragmentação na criação das cidades, entre outros elementos. No entanto, a urbanização da sociedade e do território passou por uma intensificação da organização territorial no meado do século XX, marcada por grandes transformações nas formas das cidades, expressivo aumento do contingente populacional (com destaque para as taxas demográficas no nordeste do país) e, conseqüentemente, uma série de problemas socioespaciais oriundos desse processo como exemplo a segregação.

No Brasil, a Reforma Passos⁴, a remodelação dos bairros de Recife, o Plano Agache, Belo Horizonte como a primeira cidade planejada, entre outras ações de planejamento urbano, são exemplos do caráter conservador, porque foi uma prática do Estado para atender ao capital e ideologias que ocorreu de maneira restrita tratando dos interesses do governo, que adquiriu as políticas referentes ao processo de urbanização no país no período corresponde à transição da urbanização territorialmente seletiva para a urbanização da sociedade e do território (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

⁴ Foi uma intervenção urbanística que ocorreu no Rio de Janeiro no começo do século XX, sendo um marco para o planejamento urbano no Brasil, pautada no alargamento de ruas, abertura de vias, construção de praças e jardins no centro da cidade.

Diante dos conceitos apresentados por estudiosos como Souza e Rodrigues (2004), podemos entender o planejamento urbano como um processo dinâmico e um instrumento que deve se preocupar com as condições sociais e a estruturação de determinado espaço. Ao falar de planejamento urbano, pensamos em transformações urbanas que estejam a serviço da maior parcela da população. Diante de tal perspectiva, se faz necessário pensar para quem, com quais propósitos e de que forma são pensados e executados os planos urbanos.

O planejamento, segundo Souza e Rodrigues (2004), em meados da década de 1980/90, se limitava às ações de um Estado intervencionista. Com o passar dos anos, o planejamento perdeu sua legitimidade e foi enfraquecido como instrumento de organização da vida social, perdendo espaço para um novo conceito, o de gestão. Em vista disso, o conceito de gestão se popularizou por diversos países, principalmente nos chamados países centrais (países desenvolvidos detentores de tecnologias, que se destacam pelo poder econômico, político e militar que desempenham, são eles: Alemanha, Canadá, EUA, Inglaterra, Japão e outros), implantando uma nova forma de agir sobre o espaço produzido socialmente, agora numa perspectiva mais imediatista que atendia às dinâmicas do período e política em vigor.

Para Souza (2010), o planejamento deve englobar a qualidade de vida da população, atender às necessidades da maior parcela dos moradores de uma cidade, permitir o acesso aos recursos, segurança, educação, saneamento básico, lazer etc. Diante disso, deve-se conceber um planejamento que contribua material, política e pedagogicamente para a superação da injustiça social, já que a finalidade do planejamento urbano e da gestão urbana é a mudança social.

Ainda segundo Souza (2010), o planejamento é um processo permanente, com participação de todos os agentes responsáveis pelas dinâmicas socioespaciais de uma cidade, com a realização de debates, referendos, conferências, consultas e audiências públicas, salientando que o profissional responsável pela elaboração do planejamento não se restringe aos arquitetos, cientistas sociais de distintas formações e especialistas em Direito Urbano – a população também se constitui como um agente central nesses processos.

À vista disso, podemos definir planejamento urbano como a elaboração e o desenvolvimento de medidas que busquem melhorar a cidade, desde a sua morfologia à vida social. É de suma importância a prática do mesmo para o bem-estar local e o bom funcionamento da vida cidadina. Salientando, que se faz necessário a parceria do engajamento político com a autonomia cívica, possibilitando espaços de discussões capazes de estabelecer o diálogo efetivo e que venha a atender os anseios sociais.

3. 2 PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO: uma prática pedagógica

A concepção de prática pedagógica está associada a prática social que é realizada com intuito de exercer processos pedagógicos (FRANCO, 2016). Quando falamos em prática pedagógica, não se restringe ao ambiente escolar ela também atua em diferentes espaços que são experienciados pelas pessoas e tem como intenção a promoção da cidadania. Portanto, a prática pedagógica pode ser compreendida também como uma prática social.

Dessa maneira, para pensar na construção de políticas públicas urbanas participativas como prática pedagógica, faz-se necessário compreender a contextualização histórica e geográfica em suas variadas escalas (local, regional, global) e suas implicações socioespaciais e socioeconômicas, para poder avaliar direcionamentos e exigir transformações. Nesse caso, essa compreensão dar-se-á diante de mecanismos que possibilitem esse entendimento. Franco (2016, p.546) nos diz que “a prática não muda por decretos ou por imposições; ela pode mudar se houver o envolvimento crítico e reflexivo dos sujeitos da prática”.

Dentre os instrumentos que podem ser propostos para auxiliar na construção do plano diretor participativo, estão: implementação de conselhos municipais voltados para as políticas públicas, entrevista dialogada com a população local e ferramentas tecnológicas. O surgimento dos conselhos é inerente a democracia participativa e são de suma importância para a representação da sociedade civil, além de ser um modelo para a relação Estado e sociedade. Através dos mesmos, as pessoas podem desenvolver aprendizagens em distintos âmbitos (prático, teórico, social, cultural, simbólico) pois viabilizam acesso aos espaços no qual há troca de conhecimentos, saberes e tomadas de decisões (GONH, 2006, 2011).

Segundo Gohn (2006, p.10) a definição aproximada para participação social nos conselhos é “ o processo mediante o qual as diferentes camadas sociais de população têm acesso aos espaços de definir e avaliar as políticas públicas, especialmente as de caráter social”. Gohn reitera:

A participação, para ser efetiva, precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas estatais. Não se trata, em absoluto, de integrá-las, incorporá-las à teia burocrática. Elas têm o direito de conhecer essa teia para poder intervir de forma a exercer uma cidadania ativa, e não uma cidadania regulada, outorgada, passiva (GOHN, 2006, p.10)

De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica de interação social, através dela é possível obter dados a respeito do que as pessoas sabem, aspiram, esperam e suas explicações sobre o assunto. A partir da mesma também é possível coletar informações específicas dos aspectos da vida social. Assim, essa técnica pode auxiliar na busca de explicações para a construção de um planejamento urbano participativo.

Na elaboração do planejamento urbano, especificamente na construção do plano diretor ao consultar a comunidade local as pessoas desconhecem termos técnicos ou não ouviram expressões características do planejamento urbano, como: plano diretor, sua função, aplicabilidade e importância para o município. Em contrapartida, vão poder falar do lugar que vivem perante as suas percepções, descrever sobre seus anseios e desejos de mudanças daquele espaço.

Esse processo pode ser caracterizado como ensino-aprendizagem, pois haverá uma troca de conhecimento das partes e conseqüentemente uma práxis. A práxis refere-se a reflexão e ação da sociedade sobre o mundo para transformá-lo. É importante o reconhecimento da realidade em conjunto com uma análise crítica e com atuação, para modificar a realidade presente (FREIRE, 1987). Outra possibilidade é o uso das ferramentas do Sistema de Informação Geográfica – SIG, tendo em vista a era da informação e a alta capacidade de coletar dados sobre o espaço geográfico. É uma forma pela qual as pessoas podem ajudar na construção de políticas urbanas decisórias (BUGS; REIS, 2017).

Nesse sentido, essa seção buscou elucidar o conceito e a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento de uma cidade e as mudanças provenientes desse processo, assim como apresentar a ideia de prática pedagógica inserida no contexto do planejamento urbano e possíveis instrumentos. Dessa maneira, essa discussão abriu brechas para pensarmos as possíveis dinâmicas para o planejamento do processo urbano no município de Valença, levando em consideração suas particularidades históricas, geográficas e econômicas.

4 ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE VALENÇA-BA

Nesta seção, busca-se apresentar o contexto para a introdução do uso e aplicação do plano diretor nas cidades, trabalhar o conceito de plano diretor e sua função para o município, apresentar uma breve análise do PDDU de Valença-Ba, assim como os objetivos traçados, os que foram concluídos e os possíveis andamentos.

4.1 O QUE É PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no Brasil surgiu em meados do século XX, sendo o Plano Agache em 1930 o primeiro plano diretor do país, mas foi com a Constituição Federal de 1988 que se tornou um instrumento jurídico, que prevê a participação popular nas decisões de interesse público e, neste contexto, a cidade passou a ser tratada como de interesse público a partir da inclusão dos artigos 182 e 183 que compõem o Capítulo da Política Urbana, o Estatuto da Cidade reúne normas que enfatizam pressupostos que devem estar presentes nos planos diretores.

Segundo José Afonso da Silva (2010) o conceito de plano diretor passou por várias mudanças. De início, estava centrado no cuidado com o desenho da cidade, a preocupação com estética, seguindo de funções econômicas e arquitetônicas; depois a concepção de plano diretor passou a estar atrelada ao desenvolvimento incorporado ao planejamento municipal e, por fim, com a Constituição, assumiu a função de instrumento básico para a política urbana.

Foi a partir da Constituição, também, que o plano diretor foi definido para (e exigido em) municípios cuja sede tenha mais de vinte mil habitantes. No entanto, o plano diretor não é obrigatório apenas para essas cidades, é obrigação das cidades e vilas menores,

quando o poder público municipal deseja aplicar as exigências de ordenação da cidade. O intuito é promover a intervenção no meio urbano, seguindo as diretrizes gerais da política de desenvolvimento, englobando a ordenação da cidade e o uso do solo urbano.

O plano diretor deve ser democrático e participativo, é função da Câmara municipal aprová-lo. Segundo o artigo 182 da Constituição Federal de 1988, o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo que a propriedade urbana cumpre sua função social quando segue as diretrizes propostas pelo plano diretor (SANT'ANA, 2006).

O plano diretor não vai sanar os problemas de uma cidade por completo, mas assume um caráter estratégico para uma intervenção que ocorra de forma imediata, determinando ações para os agentes envolvidos na construção da cidade, assim como, servindo de modelo para a gestão convencional da cidade (SANT'ANA, 2006). No entanto, para atingir seus objetivos, o plano deve ter: aceitabilidade, exequibilidade, sensibilidade e dimensão, que é o que se pretende alcançar em determinado tempo, tendo em vista as circunstâncias do meio (SILVA, 2010).

Tratando-se do regime jurídico, o Estatuto da Cidade confirma que a aprovação do Plano Diretor se dá por lei municipal. Embora seja a Câmara que aprove o plano diretor, é o executivo que elabora. Essa aprovação por lei dá um respaldo aos atos da administração, tendo em vista as adversidades judiciais por parte dos grupos afetados pelo plano. Assim como afirmou Silva no parágrafo anterior, Sant'Ana também aborda esse posicionamento, dizendo que a contar com a aprovação das diretrizes e prioridades do plano, ele é publicado e passa a fornecer efeitos como: publicidade, executoriedade, obrigatoriedade e respeito ao princípio da igualdade (SANT'ANA, 2006).

Todos os cidadãos devem ter acesso ao plano diretor, a partir do momento que o plano é lançado passa a ser executável. A administração tem a obrigação de cumprir as disposições acerca da ordenação contida no plano, no entanto, em caso de negligência por parte dos responsáveis à vista dos interesses coletivos ou individuais envolvidos, poderá ser questionada e não ser cumprido, assim como as normas regulamentadoras que atuam no meio urbano, não podem ser favorecidas a pessoas ou grupos específicos (SANT'ANA, 2006).

Quando o município oferece uma abertura para a realização de um planejamento democrático, ele possibilita que a questão urbana seja compreendida em um novo cenário. Nas cidades onde existem experiências de novas formas de gestão, já se identifica a formação de laços que integram o interesse público às reais necessidades da maioria da população (NELSON; BRAGA JUNIOR, 2012). Portanto, o Plano Diretor faz parte do plano do governo e atua no meio urbano como uma forma de efetuar integralmente o desenvolvimento das funções sociais da cidade. É a partir dele que é possível consolidar os direitos sociais como: moradia, lazer, água, tratamento de esgoto, energia, escolas, postos de saúde, segurança, mobilidade, assim como buscar compreender a realidade cultural, costumes e valores.

4.2 BREVE ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE VALENÇA-BA

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Valença-BA, recebe o título de “LEI Nº 1.856, DE 07 DE OUTUBRO DE 2006 PLANO DIRETOR DE VALENÇA”. O plano foi elaborado no ano de 2006, consta de títulos, capítulos, seções e subseções. O PDDU foi elaborado para atender à lei supracitada, tendo em vista a quantidade de habitantes, como também a busca pelo desenvolvimento, organização e planejamento urbano.

O Plano Diretor de Valença-BA foi elaborado há, aproximadamente, 14 anos e já perpassou pela administração de cinco gestores. Percebe-se que nessas gestões o instrumento administrativo não sofreu alterações, tendo em vista a elaboração de um projeto de Lei complementar ao Plano Diretor, que contemplou as diretrizes complementares para macrozonas e áreas urbanas; planos setoriais e urbanísticos; programas e projetos prioritários. Desse modo, foram selecionados alguns elementos para análise, que agregam: emprego, saúde, saneamento básico, infraestrutura, moradia, mobilidade e meio ambiente. Esses elementos foram escolhidos porque estão associadas as etapas de construção, análise e execução do PDDU e a partir dos mesmos pode-se garantir a consolidação dos direitos sociais.

A Secção III, artigo 11, diz “I – a geração, a curto e médio prazos, de postos de trabalho e renda para a população, com ampliação da renda interna do Município”. No entanto, até esse período não houve chegada de fábricas ou indústrias para estimular a

geração de emprego e renda. Dados do IBGE (2016), apontam que apenas 12,8% da população está ocupada e o salário médio dos trabalhadores formais é de 1,7 salários mínimos. A falta de estímulo a geração de emprego e renda também está atrelado a forma pela qual Valença foi administrada e organizada, assim como ao cenário econômico nacional e regional que trouxeram impactos, a exemplo do desemprego; do crescimento do mercado informal e carência de políticas públicas educacionais que desenvolvam a cidade e qualifiquem a população.

A Seção III, artigo 13, pontua “estímulo à organização entre os agentes públicos e privados vinculados ao setor de saúde na busca de solução conjunta de qualificação dos serviços, com investimentos em tecnologias novas, especialização e reciclagem de profissionais, reforma das instalações físicas e construção de um hospital regional”. Foram construídos postos de saúde em alguns bairros, um posto de base no bairro da Bolívia e a criação de uma Policlínica Regional do Baixo Sul, no bairro da Graça. No entanto, o único hospital de grande porte da cidade a Santa Casa de Misericórdia de Valença que atende todo o Baixo Sul vem passando por uma grave crise financeira, sendo que o Pronto Socorro Doutor Heitor Guedes, que é anexado a Santa Casa, vem atuando com o nível reduzido de funcionários, causando transtornos para a população e cidades vizinhas.

O artigo 18 que se refere as diretrizes de qualificação ambiental, diz “II Programa água viva, d – o projeto do aterro sanitário, usina de reciclagem e recuperação do lixo”. A produção de resíduos continua sendo um grande problema para a cidade, a Política Nacional de Resíduos Sólidos lei 12.305/10 aponta em sua estrutura prazos limites para a implantação de aterros sanitários nas cidades do país, afirmando que não deverá existir lixo até o final de 2014. No entanto, Valença carece de aterro sanitário e possui um lixo que fica situado na zona rural no distrito do Orobó. O aterro sanitário que foi construído em 2003 nunca funcionou, isso porque houve falhas técnicas que desencadeariam problemas ambientais, ou seja, faz-se necessário um plano de gerenciamento de resíduos sólidos coerente e a construção de um aterro sanitário, além da remoção do lixo que vem causando a destruição do Rio Pitanguinha, assim como políticas de coleta seletiva para contribuir com o meio ambiente, como também ajudar as famílias que vivem do recolhimento dos materiais do lixo.

A Seção IV, artigo 21, afirma “III - execução de melhorias habitacionais e produção de novas unidades habitacionais de interesse social”. Foram construídas cerca de 600 unidades habitacionais no bairro do Novo Horizonte, para famílias de baixa renda pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Contudo, essas unidades habitacionais se encontram distantes de escolas, setores administrativos e até mesmo do ambiente de trabalho. Além disso, muitas famílias valencianas ainda carecem de moradia digna, as áreas de manguezais são ocupadas pela falta de condições financeiras para adquirir imóvel, o que acaba prejudicando o meio ambiente e os próprios moradores, pois não usufruem de saneamento e serviços básicos.

Santos (2014) traz uma alerta sobre o direito de morar e o setor imobiliário, pontuando o mito do direito à moradia, quando são construídos apartamentos para a classe média com altos valores, e até mesmo quando são construídos com dinheiro público, se torna de difícil acesso. À medida que a administração política, passa a construir casas para as classes menos favorecidas, as habitações já surgem como subnormais, com pouca infraestrutura, cômodos pequenos, sem áreas para lazer e serviços sociais “na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem” (SANTOS, 2014, p.62).

Na Seção VI, artigo 22, consta “II - reduzir o congestionamento na área central da cidade, tanto no plano da circulação, quanto da paisagem”. Em Valença houve uma tentativa de realocação dos ambulantes que se concentravam no Calçadão para a Feira livre, porém o diálogo entre os dirigentes e os trabalhadores não se efetivou. A cidade tem carência de semáforos em lugares estratégicos para viabilizar o trânsito, além disso a proposta de redução do congestionamento com diferentes rotas não funcionou, os asfaltos são estreitos, uma alternativa seria o uso do transporte público.

A subseção I, artigo 31, contempla: “VI - valorização dos itinerários mais representativos, associando a funcionalidade com o interesse em ressaltar os elementos de identidade do Município...”. A implantação desses itinerários é desconhecida, seria de suma importância para o desenvolvimento da região, assim como a potencialização da atividade turística, agregada a valorização do patrimônio arquitetônico.

Além das questões mencionadas, os espaços voltados para o lazer são poucos, na maioria das vezes as pessoas se concentram no final de semana na Praça da República (Jardim Novo), que é o local onde tem sorveteria, lanchonetes, pizzaria, restaurantes e barzinhos, vão para clubes de iniciativa privada como o Serviço Social da Indústria - SESI e a Associação Atlética Banco do Brasil - AABB ou para a praia do Guaibim que fica a 22 km de distância da sede.

Diante da breve exposição, desde o conceito de Plano Diretor, até a breve análise do PDDU da cidade estudada, conclui-se que Valença tem muitas demandas a serem trabalhadas. O PDDU observado precisa colocar muitos pontos que foram descritos em prática, para propiciar a população um desenvolvimento urbano adequado e efetivo. Dessa forma, haverá melhorias na qualidade de vida, no desenvolvimento econômico com equidade social, valorização da cultura e do patrimônio arquitetônico, preservação ambiental, dentre outros aspectos. Esse pensar em um modelo, que foi citado tendo como referência Milton Santos, perpassa pelos anseios da população, por essa razão, trazemos nesse último tópico a análise da participação popular na construção do documento.

No referente à participação da população no processo de elaboração do PDDU da cidade de Valença, analisamos o documento norteador das políticas urbanas, buscando indícios de contribuições ativas por parte da população local na elaboração do PDDU da cidade e, dessa forma, pensar qual a importância de um planejamento participativo e pedagógico. À vista disso, compreende-se a necessidade da construção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) com a participação efetiva da população.

Diante da leitura e análise do PDDU, não observamos trechos que tratem especificamente e com detalhamento sobre a colaboração da população. Todavia, foi escrita uma mensagem legislativa encaminhada ao presidente da Câmara e, em parte dela, o prefeito do período relata a quantidade de eventos realizados para a elaboração do plano, porém não descreve as pautas e de que maneira a comunidade contribuiu.

Parte da mensagem legislativa (2006):

O processo de elaboração do Plano Diretor de Valença contou com a participação da sociedade civil. Foram realizados 80 (oitenta) eventos, entre reuniões do Grupo de Trabalho e Acompanhamento, reuniões dos Grupos de Bairros, reuniões de Comissões Temáticas e das Comissões de Mobilização, reuniões com diretores, professores e estudantes de escolas públicas e privadas, reuniões de capacitação da equipe técnica para o processo

participativo e reuniões institucionais (MENSAGEM LEGISLATIVA, 2006).

O documento apresentado relata alguns aspectos no que concerne aos eventos, todavia, não deixa visível a participação da sociedade em todas as fases de seu processo que perpassa pela elaboração até a descrição de mecanismos para a tomada de decisão. A participação popular tornou-se uma ação recomendada às gestões. A partir do envolvimento comunitário tem-se um processo de aprendizagem e a efetivação da prática cidadã, é o momento de toda parcela da população ser ouvida como forma de reduzir a desigualdade social (TRINDADE, VIOLANTE, 2017). Tratando-se o planejamento como um processo permanente, Souza (2005) argumenta que a participação popular durante a formulação do planejamento é fundamental, assim como reconhecer o espaço urbano como parte pedagógica, pois o mesmo oferece um caráter educativo.

Com a participação popular através das discussões e argumentos na alocação de recursos ou intervenções no espaço urbano, estarão mais informados, identificando os problemas e as necessidades reais, além disso, com a participação da sociedade civil nas decisões haverá um provável estímulo a se sentirem também responsáveis pelos bens públicos e os rumos da cidade (SOUZA, 2005). Diante da leitura e análise do Plano de Desenvolvimento Urbano de Valença e da mensagem Legislativa, pode-se presumir que a participação popular ocorreu de forma restrita, não contemplando a todos os moradores da cidade e associações. Segundo Santos (2014, p. 159), “As pessoas a quem o planejamento se destina, essas raramente têm acesso aos documentos finais, e ainda muito menos aos documentos de base”.

Outro documento que passou por observação foi a lei instaurada na cidade de Valença, a Lei Municipal de N° 1.930 de 22 de abril de 2008, que instituiu o Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE como órgão permanente, paritário, deliberativo, normativo, consultivo e controlador no âmbito Municipal, sendo responsável pela política de desenvolvimento urbano da Município. Compete ao mesmo fiscalizar o Plano Diretor, fazer uma constante avaliação do plano, propondo alterações que se fazem necessárias, propor diretrizes, instrumentos e normas e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano, acompanhar e avaliar a implementação do mesmo.

Tendo em vista esse órgão que foi instituído em 2008 e, em 2009, nomeado os membros titulares e suplentes, enfatiza-se a importância do mesmo para assegurar a participação da comunidade na construção do plano, através de debates públicos, chamadas nos bairros com a presença das lideranças de associações e organizações representativas, não obstante, a partir de relatos subentende-se que foi transformado em portaria no ano de 2016 e desde então se encontra inativo. Ou seja, um conselho que surgiu como órgão permanente, tendo como principal objetivo a responsabilidade pela política de desenvolvimento urbano do município, poderia estar exercendo seu papel.

A sociedade civil e as instâncias municipais, estaduais e federais, supostamente, deveriam trabalhar em conjunto em prol de melhorar o funcionamento da cidade, a partir da idealização e concretização de projetos / planos de curto e longo prazo (TRINDADE, VIOLANTE, 2017). Para Souza (2005), tem-se que democratizar o mais possível o planejamento e a gestão urbana, nesse sentido dar-se o papel pedagógico do planejamento, quando o cidadão pode decidir, escolher e refletir sobre as dinâmicas e ações que ocorrem no lugar de vivência.

Conseqüentemente o planejamento urbano poderia atuar como exercício pedagógico para a cidade de Valença a partir de algumas ações, como exemplo: realização de chamadas de audiências públicas em todo o território valenciano de maneira que a maioria possa participar; divulgação massiva da importância da construção de um Plano Diretor, antes de tudo, buscar um conhecimento prévio da população acerca do assunto, para um melhor processo de ensino-aprendizagem, pois conhecer o lugar onde você vive e escolher mudanças para o mesmo também é um processo de ensino-aprendizagem porque é de fundamental importância conhecer o seu espaço para almejar transformações; parcerias com instituições e profissionais.

Portanto, os documentos avaliados não garantem a certeza de que houve uma participação popular efetiva, cabe a comunidade estar atenta as tais ações e procurar se envolver na construção de melhorias para a cidade, em consequência um melhor desenvolvimento urbano que contemple as demandas da sociedade em sua prática possível. “A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado” (SANTOS, 2014, p.105).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o planejamento urbano em Valença-BA está sendo representado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que é o instrumento básico do planejamento de uma cidade, sendo o PDDU a principal ferramenta da política urbana. A partir da abordagem histórico-geográfica sobre o processo de urbanização na cidade de Valença, evidencia-se os principais eventos responsáveis pelo processo de urbanização na cidade de Valença-BA (a ocupação territorial de domínio português, construção da capela do Amparo, movimento dos portos, crescimento populacional, primeira fábrica de tecidos finos, transição do transporte marítimo para o rodoviário, iluminação pública, pequenos comércios, escolas, aeroporto, terminal hidroviário) esses eventos desencadearam uma nova organização socioespacial.

A partir das análises feitas ao longo do trabalho, pode-se pressupor que as ações de planejamento urbano em Valença não assumiram de maneira ativa um caráter participativo e pedagógico junto a sua população. Para tanto, podemos citar os principais entraves (técnico, socioespacial, político) que atuam na cidade, eles se encontram no limitado acompanhamento das diretrizes do plano pelos gestores públicos, na incipiente participação popular e nos interesses que se distanciam da maior parcela da população.

Desse modo, para que o planejamento urbano possa funcionar como exercício pedagógico para a população valenciana, faz-se necessário que a democracia funcione como um todo, contemplando a teoria (instrumentos necessários e participação) e prática (funcionamento do que foi planejado). Portanto, conclui-se que o PDDU de Valença- BA precisa de uma participação atuante da sociedade civil e tendo em vista o prazo de revisão e renovação do plano diretor que é de no máximo 10 anos, a cidade já ultrapassou esse limite, em vista disso, deixamos aqui o anseio da elaboração de um novo plano diretor e que venha a debater e construir o PDDU em conjunto com a população, organizações e instituições.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Jocel de Menezes. **Estruturação do espaço intraurbano em Valença-BA: uma análise dos bairros Novo Horizonte e Tendo (1990-2015)**. Salvador, 2015, 129p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. Valença-BA. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/valenca%20ba Acesso 25/04/19

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso 25/04/19

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4^a.ed. São Paulo: Contexto. 1999, 98p

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**.4^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 590p.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001, 11-25p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo. Editora: Ática, 1989, 6-31p

FERRETO, Diego. **A pesquisa urbana marxista na França a contribuição de Manuel Castells**, São Paulo, 2010, 15p. Monografia apresentada à disciplina AUP 823 – Avaliação da Teoria Intra-Urbana – 2009/2. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. Ciências Sociais **Unisinos** 42(1):5-11, jan/abr 2006

_____. Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

IBGE. **Panorama da cidade**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama> Acesso em 24/04/19

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 3^a reimpressão.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de urbano**. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

NELSON, Aline Virginia Medeiros. BRAGA JUNIOR, Sérgio Alexandro de Moraes. Democracia e cultura no planejamento do desenvolvimento urbano. **Revista direito gv**, São Paulo 8(2), jul-dez 2012, 407-426p.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva Oliveira. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2ª ed. Salvador: Editora FACE, 2009, 156p.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Companhia Valença Industrial: 161 anos de uma profunda relação social com a cidade de Valença**. Valença [BA], 2005. [IMPRESSO]. Acervo Câmara Municipal de Valença.

SANT'ANA, Ana Maria de. **Plano diretor municipal**. São Paulo: Liv.e Ed. Universitária de Direito, 2006, 272p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008, 176p.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª. ed. São Paulo: Edusp, 2014, 176p.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 6ª.ed.São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2010, 136-148p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, 192p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **De ilusão também se vive: caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil (1989-2004)**. IN: ANPUR, Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/112.pdf>
Acesso em 04/04/19

SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora: UNESP, 2004, 136p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 6ª.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 27-82p.

TRINDADE, Filipe Mateus Lima Guimarães. VIOLANTE, Edilson Neto. **Uma análise da participação popular na construção do PDDU de SALVADOR**. IN: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017. Sessão temática 10: perspectivas para o planejamento urbano e regional. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?

VALENÇA. **Plano Diretor Municipal de Valença**. Valença: 2006.

BUGS, Geisa. REIS, Antônio Tarscísio da Luz. Planejamento urbano participativo por meio da utilização de novas tecnologias. *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 jan./abr., 9(1), 110-123